

# Molho de tripas

Fernando Pedreira

**U**m leitor desatento que abra o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa na página 776 (ou, melhor ainda, o *Novo Aurélio*, na página 886) pode surpreender-se. Lá está escrito, com todas as letras:

*Maranhão*, s. m. 1. Grande mentira; peta enganosa. 2. Intriga caluniosa, mexerico, fofoca. 3. Bras. ver flamingo: "o maranhão dorme ainda, em pé no meio do brejo, com a cabeça metida embaixo da asa e uma das pernas encolhida" (José de Alencar, *O Sertanejo*, p. 213).

*Maranho*, s. m. 1. Molho de tripas. 2. Iguaria feita de miúdos de carneiro com arroz, bocados de galinha, etc.

*Maranhoso* (ô) Adj. 1. Que diz maranhões. V. mentiroso. 2. Intrigante, mexeriqueiro, fofoqueiro.

Sabemos todos que o Maranhão de onde vem o presidente José Sarney (de onde vem a atual crise política brasileira) não é o do dicionário; é o do mapa. Mas a verdade é que, ao longo destes últimos três anos, desde aquele fatídico dia 15 de março de 1985, a geografia e a semântica foram se misturando inapelavelmente na cabeça dos brasileiros. O que antes era dúvida tornou-se, afinal, certeza.

Seria o presidente, Sarney não só um consumado maranhense, mas também um maranhoso de boa cepa? O pior é que o mal, a mistura viciosa da geografia com a semântica, espalhou-se, contagiou a chamada Nova República inteira. A Nova República (sabemos hoje) é maranhosa, embora não venha, toda ela, do Maranhão geográfico. Vem do outro.

"O maranhão dorme ainda, em pé no meio do brejo, com a cabeça metida embaixo da asa e uma das pernas encolhida". Quem será esse (terceiro) maranhão? Talvez, o senador Albano Franco. Ou o ministro Aureliano...

Estamos hoje, na verdade, afundados numa grande patranha institucional, um enorme maranho que os dois braços da Nova República, o constituinte e o executivo, cozinham para o Brasil. O voto da Comissão de Sistematização, no último domingo, atendendo enfim aos anseios do país inteiro e convocando eleições presidenciais para 88, parece ter entreaberto uma porta de saída, mas tornou ainda mais claras e óbvias as imensas dificuldades a enfrentar.

O voto da Comissão livrou-nos do Sarney e acabou de esvaziar o seu desgoverno, mas, por outro lado, garantiu-lhe a permanência no palácio por mais quinze meses, pelo menos. Quinze meses não são quinze dias. Quem vai cuidar do país durante esse tempo, no meio de uma tempestade econômico-financeira sem precedentes?

Responde a Comissão que, a partir de março, estará instaurado no país o parlamentarismo e, portanto, caberá ao Congresso assumir o governo. Teoricamente, isto pode ser muito bonito, pois não há dúvida de que o regime parlamentar tem méritos que o presidencialismo desconhece. Na prática, entretanto, qualquer pessoa sensata percebe que nada vai mudar.

No atual quadro, com efeito o governo compõe-se do presidente Sarney e de um ministério formado de representantes do PMDB e do PFL. Com o parlamentarismo, chuta-

se o presidente para o alto e o governo (a administração) fica com o Gabinete, isto é, com o mesmo ministério a ser formado pelas mesmas bancadas do PMDB e do PFL.

Em outras palavras, instaurado o novo regime, o Congresso abocanha mais algumas pastas, como Irrigação ou Transportes, hoje nas mãos de amigos de Sarney, e pode até criar outras novas. Mas, na verdade, permanece o mesmíssimo quadro de agora, provavelmente com os mesmos nomes (Ulysses e companhia). Aumentam apenas a confusão e a brigalhada (entre o Planalto e o Alvorada), a corrupção e as marmeladas.

A perspectiva dessa vergonha é aliás o que está fazendo murchar depressa a ilusão parlamentarista que, ainda há algumas semanas, chegou a despertar esperanças entre os desesperançados brasileiros. O que o povo quer é mudar; varrer da sua vista (e do seu lombo) a maranhosa Nova República.

Ora, se vamos eleger em 88 um novo presidente, então aí, na eleição do novo presidente, é que vai concentrar-se a expectativa de mudança, a esperança do povo. Se os nossos parlamentares tivessem um pouco mais de esperteza (e de coragem cívica) e quisessem mesmo fazer vingar o parlamentarismo, o que teriam feito seria o oposto do que fizeram:

José Sarney (um presidente que desmoraliza a Presidência) teria os seus seis anos, mas, em troca, seriam convocadas para já eleições para um novo Congresso. Este novo Congresso, sob o novo regime, incumbido de constituir um novo governo, concentraria em torno de si a expectativa de mudança e as esperanças populares. Se correspondesse a essas esperanças, aí, sim, teria chance de firmar-se o parlamentarismo entre nós.

Não é preciso ser um Paulo Maluf, no entanto, para saber que não é assim que se faz política — neste nosso imenso Maranhão sul-americano. A maioria dos nossos parlamentares (sejam eles constituintes em Brasília, vereadores no Rio, ou deputados estaduais em Belo Horizonte) não queria propriamente parlamentarismo nenhum; queria e quer mais poderes, mais vantagens, mais mordomias, mais vastas pepineiras.

A pressão da opinião pública acabou forçando os políticos a quebrarem sua corrente pelo elo mais fraco, que era o doutor Sarney. Vamos ter eleições; ainda que apenas para presidente (e já não é pouco), embora nos falte ainda um candidato digno da confiança da maioria.

Vamos viver quinze meses mais ou menos à matroca, mas nem tudo está perdido, afinal, como se pode ver agora no Rio, onde um jovem governador está demonstrando que não é assim tão difícil fazer um governo decente, mesmo num dos Estados brasileiros mais carregados de problemas.

Enfim, é possível que o Brasil (este nosso grande e maranhoso Maranhão) seja um pouco como a Itália. Não a Itália de agora, mas a dos anos 30, dos tempos do falecido ditador Benito Mussolini. "Governar os italianos", dizia ele, "não é difícil. Mas é inútil."

Quem sabe, o Antônio Ermírio. Desta vez, talvez ele ganhe do Quêrcia...